



Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.387.725/0001-59

Relatório da Administração (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas: É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. ("Rodoanel" ou "Companhia" ou "Concessionária"), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Companhia marcou a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R\$ 2 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do Rodoanel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio se iniciou em 17 de dezembro de 2008. A Companhia emprega de forma direta 485 pessoas. Atualmente, a Companhia gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno da rodovia sob sua administração. A Companhia tem como acionistas a CCR (99,5867%) e a Encaiso Construções Ltda. (0,4133%). **1.3. Destaques do ano de 2019:** Investimentos: • Sistema de iluminação à LED dos garrafões das praças de pedágio. Juros sobre o Capital Próprio: Foram distribuídos no ano de 2019, devidamente aprovados em AGE (Assembleia Geral Extraordinária): • 20/12/2019 - R\$ 9.000 de juros sobre o capital próprio destacados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16/12/2019.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Desempenho RodoAnel:

Em R\$ mil	2019	2018	Variação %
Receita líquida	303.558	268.798	12,93%
Receita de pedágio	276.843	262.496	5,47%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	48.334	26.532	82,17%
Outras receitas	2.570	2.704	-4,96%
(-) Deduções da receita bruta	(24.189)	(22.934)	5,47%
(-) Custos e despesas (a)	(228.633)	(206.321)	10,81%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(48.334)	(26.532)	82,17%
Demais custos e despesas	(180.299)	(179.789)	0,28%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(54.315)	(73.073)	-25,67%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.547)	3.425	-232,76%
Lucro líquido	16.063	(7.171)	-324,00%
(+/-) Resultado financeiro líquido	54.315	73.073	-25,67%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	4.547	(3.425)	-232,76%
EBIT	74.925	62.477	19,92%
Margem EBIT	24,68%	23,24%	1,4 p.p.
Margem EBIT ajustada (b)	29,36%	25,79%	3,6 p.p.
(+) Depreciação/amortização	20.593	24.754	-16,81%
EBITDA	95.518	87.231	9,50%
Margem EBITDA	31,47%	32,45%	-1,0 p.p.
(+) Provisão de manutenção (c)	10.680	5.956	79,31%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (d)	73.578	73.578	0,00%
EBITDA ajustado	179.776	166.765	7,80%
Margem EBITDA ajustada (e)	70,44%	68,84%	1,6 p.p.
Endividamento bruto (f)	805.983	807.711	-0,21%
Investimentos (caixa)	55.917	33.189	68,48%
Veículos equivalentes (em milhares)	135.290	131.559	2,84%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais. (b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do CPC, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (c) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "j") e 15 - Provisão de manutenção. (d) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide nota explicativa 9 - Pagamentos antecipados relacionados à concessão. (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do CPC, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (f) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação). **2.1.1. Receita operacional:** A receita bruta de pedágio em 2019 totalizou R\$ 276.843 (+5,5% sobre 2018). O aumento da receita de pedágio é reflexo, principalmente, do reajuste tarifário, apesar da influência da isenção da cobrança do eixo suspenso, que teve início em 31/05/2018. **2.1.2. Custos e despesas totais:** Os custos e despesas totalizaram R\$ 228.633 no ano de 2019. Os principais fatores que contribu-

iram para o aumento de 10,8% em relação a 2018, foram: • Os custos de construção atingiram R\$ 48.334. O aumento de 82,2% em relação a 2018 é reflexo do Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste ano o principal montante de investimento foi a Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo. • Em 2019, o custo com a provisão de manutenção totalizou R\$ 10.680, antes R\$ 5.956 em 2018, reflexo da provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento. Durante o exercício de 2019, foram realizadas revisões das soluções e estimativas de custos com manutenção, envolvendo entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com o contrato de concessão. • Depreciação e amortização somaram R\$ 20.593 no ano de 2019. A redução de 16,8% em relação ao ano anterior decorre do fim da amortização das despesas de pré operação da Companhia, cujo prazo foi de 10 anos, concluídos no mês de dezembro de 2018. • O custo da outorga, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R\$ 77.776 no ano de 2019, apresentando crescimento de 0,3% em relação a 2018, não sofrendo variações significativas. • Em 2019, o custo de serviços totalizou R\$ 30.477, representando aumento de 16,1% em relação a 2018. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: conservação do pavimento e conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), entre outros. • Os custos e despesas com pessoal atingiram R\$ 26.704 no ano de 2019, registrando um acréscimo de 8,8% em relação a 2018, reflexo principalmente do aumento de encargos e benefícios. • Os outros custos e despesas, tais como serviços públicos, alugueis, marketing, materiais, equipamentos e veículos foram de R\$ 14.069, uma redução de 32,1% em relação ao ano anterior. **2.1.3. Resultado financeiro:** No ano de 2019, as operações financeiras da Companhia geraram resultado financeiro líquido negativo de R\$ 54.315, ante R\$ 73.073 em 2018. A redução de 25,7% ocorreu pela queda do indexador CDI que variou de 6,42% em 2018 para 5,96% em 2019. **2.1.4. Lucro Líquido:** Em 2019, o lucro líquido atingiu R\$ 16.063, apresentando um aumento de 324,0% em relação a 2018, reflexo principalmente do desempenho da Receita Operacional. **2.1.5. Endividamento:** O Endividamento bruto alcançou R\$ 805.983 ante R\$ 807.711 em 2018, representando uma redução de 0,2%. **2.2. Investimento:** Em 2019, os investimentos que tiveram efeito caixa somaram R\$ 55.917, dentre os quais destacam-se a Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo.

3. Estratégia e Gestão

3.1. Governança Corporativa: Conselho de Administração: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. Maiores informações e detalhes sobre a atuação da Companhia no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.rodoaneloeste.com.br/ri. **3.2. Gestão de Pessoas:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 485 de forma direta. Em 2019, foram investidos R\$ 44 mil em 23 programas de treinamento e capacitação das pessoas.

4. Sustentabilidade

A sustentabilidade é entendida pela Companhia como um pilar estratégico para impulsionar a geração de valor no longo prazo para seus acionistas, clientes, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades de melhoria e mensurar os impactos ambientais, sociais e econômicos de nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma

estrutura de governança para a sustentabilidade que permeia todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação da controladora CCR S.A., que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade da Companhia é decidida colegiadamente através da Diretoria Executiva, do Comitê de Riscos e Reputação e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as unidades de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise de todos os projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável por realizar todo o investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas cria a base para que a gestão da sustentabilidade ocorra de forma homogênea em todos os negócios e em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR: • Código de Ética; • Política do Meio Ambiente; • Política de Mudanças Climáticas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa. Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse: <http://ri.ccr.com.br/governanca-corporativa/politicas-estatuto-codigo-de-etica-e-acordo-de-acionistas/>. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. A edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade está disponível em <http://www.grupoccr.com.br/ri2018/index.html>. **4.1. Gestão de Sustentabilidade:** A Companhia possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem como objetivo a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis a longo prazo. No ano de 2019, a Companhia manteve as certificações conquistadas ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45000, operando o Sistema de Gestão Integrado – SGI, que contempla as ações de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional. • Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia. A Companhia desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Os projetos que mais se destacaram em 2019 foram: Caminhos para a Cidadania, que leva educação no trânsito para alunos do 4º e 5º ano da rede municipal de ensino. Também vale destacar o projeto teatral "A viagem de uma estrela", espetáculo que trata os temas mobilidade urbana e meio ambiente. • Principais ações para redução do consumo de água, energia e geração de resíduos. Em 2019, foram realizadas ações para a redução do consumo de água, energia, combustível e geração de resíduos, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais. Entre as ações implantadas, foi constituído um grupo de trabalho para definir a estratégias de comunicação para orientar e conscientizar os colaboradores, intensificando a necessidade da mudança de hábitos e comportamento em relação ao consumo consciente. A concessionária utilizou água de reuso em seus processos operacionais e administrativo, controle das contas públicas para identificação de desvios no consumo de água e energia elétrica, utilização de combustíveis e veículos menos poluentes (moto resgate) e na gestão de resíduos: reaproveitamento e reciclagem de entulho de construção civil e material frizado. • Investimento em treinamentos e capacitações para os colaboradores. A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2019, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: SuperInteração/Gestão Participativa (Eixo Liderança CCR, desafios da Liderança Educadora), Resgate Veicular e Salvamento Básico em Altura, Curso de Gerenciamento de Projetos, Curso para Ouvidores, Curso para Controle de Almoxxarifado entre outros.

5. Considerações Finais

5.1. Agradecimentos: Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. **5.2. Auditores Independentes:** Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3. Cláusula Compromissória:** Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

Barueri, 16 de março de 2020.

A Administração.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.001	3.446	Debêntures	13	39.302	9.620
Aplicações financeiras	6	79.054	16.803	Fornecedores		7.518	9.901
Contas a receber	7	17.601	15.459	Impostos e contribuições a recolher		2.754	10.467
Contas a receber - partes relacionadas	10	56	39	Obrigações sociais e trabalhistas		3.394	3.001
Cessão onerosa - partes relacionadas	10	22.724	116	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	197	184
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578	Obrigações com o poder concedente		358	364
Tributos a recuperar		1.104	852	Arrendamento mercantil		4	-
Despesas antecipadas		1.648	1.478	Outras contas a pagar		183	85
Adiantamentos a fornecedores		-	64	Total do passivo circulante		53.710	33.622
Total do ativo circulante		197.766	111.835	Não circulante			
Não circulante				Debêntures	13	766.681	798.091
Realizável a longo prazo				Impostos e contribuições a recolher		10.165	9.168
Depósitos judiciais		469	155	Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	14	73	934
Tributos diferidos	8b	271.385	270.012	AFAC - partes relacionadas	10	-	742.862
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	1.281.483	1.355.061	Provisão de manutenção	15	20.276	8.720
Cessão onerosa - partes relacionadas	10	42.759	81.957	Mútuos cedidos a terceiros	18	102.135	96.486
		1.596.096	1.707.185	Total do passivo não circulante		899.330	1.656.261
Imobilizado	11	27.355	26.399	Patrimônio líquido			
Intangível	12	368.401	381.426	Capital social	16a	1.303.434	1.040.700
Intangível em construção	12	73.913	23.608	Reserva de lucros	16b	803	-
Direito de uso em arrendamento		4	-	Dividendo adicional proposto	16c	6.258	-
Total do ativo não circulante		2.065.769	2.138.618	Prejuízos acumulados		-	(480.130)
Total do ativo		2.263.535	2.250.453	Total do passivo e patrimônio líquido		2.263.535	2.250.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	16.063	(7.171)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	16.063	(7.171)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				
	Capital Social	Legal	Dividendo adicional proposto	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.040.700	-	-	(472.959)	567.741
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.171)	(7.171)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.040.700	-	-	(480.130)	560.570
Redução de capital para absorção dos prejuízos acumulados em 26 de novembro de 2019	(480.128)	-	-	480.128	-
Aumento de capital em 27 de novembro de 2019	742.862	-	-	-	742.862
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.063	16.063
Destinações:					
Reserva legal	-	803	-	(803)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	6.258	(6.258)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(9.000)	(9.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.303.434	803	6.258	-	1.310.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	17	303.558	268.798
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(48.334)	(26.532)
Provisão de manutenção	15	(10.680)	(5.956)
Depreciação e amortização		(18.860)	(23.056)
Custo da outorga		(77.776)	(75.563)
Serviços		(27.527)	(22.611)
Custo com pessoal		(24.724)	(23.049)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.019)	(4.377)
Outros		(3.382)	(3.358)
		(216.302)	(186.502)
Lucro bruto		87.256	82.296
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(1.980)	(1.493)
Serviços		(2.950)	(3.644)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.111)	(1.211)
Depreciação e amortização		(1.733)	(1.698)
Água, luz, telefone, internet e gás		(2.020)	(1.898)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(572)	(484)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		862	(735)
Alugueis de imóveis e condomínios		(51)	(58)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		-	(9)
Impostos, taxas e despesas com cartões		(238)	(753)
Provisão para perda esperada - Contas a receber		(204)	(36)
Ressarcimento ao usuário		(989)	(120)
Editais e publicações		(97)	(94)
Despesas legais e judiciais		(218)	(149)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(934)	(234)
Outros		(247)	(94)
		(12.482)	(12.710)
Outros resultados operacionais		151	(7.109)
Resultado antes do resultado financeiro		74.925	62.477
Resultado financeiro	18	(54.315)	(73.073)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		20.610	(10.596)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	(4.547)	3.425
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		16.063	(7.171)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.		2019	2018	2019	2018
Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		16.063	(7.171)		
Ajustes por:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.373)	(3.425)		
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão		73.578	73.578		
Depreciação e amortização		20.569	24.754		
Baixa de ativo imobilizado e intangível		368	20		
Capitalização de custo de empréstimos		(3.278)	(1.746)		
Juros sobre debêntures		57.288	68.139		
Constituição e reversão da provisão para riscos trabalhistas e previdenciários		675	1.033		
Atualização monetária sobre riscos cíveis e trabalhistas e previdenciários		329	24		
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento mercantil		1	-		
Juros sobre mútuo com terceiros		6.646	6.701		
Depreciação - Arrendamento mercantil		24	-		
Provisão para perda esperada - Contas a receber		204	37		
Constituição de provisão de manutenção		10.680	5.956		
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção		876	488		
Juros e variação monetária sobre mútuos com partes relacionadas		(4.583)	926		
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros		3	18		
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos					
Contas a receber		(2.346)	221		
Contas a receber - partes relacionadas		3.956	(26)		
Cessão onerosa - recebimento		17.200	-		
Tributos a recuperar		(252)	(102)		
Despesas antecipadas e outras		(484)	(345)		
Adiantamento a fornecedores		64	(64)		
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores		(2.386)	2.162		
Fornecedores - partes relacionadas		13	20		
Obrigações sociais e trabalhistas		393	200		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)					
1. Contexto Operacional					
A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Avenida Marcos Pentead de Ulhoa Rodrigues, 690 – sala 11 - 1º andar, bairro Tamboré na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluindo o dispositivo de interseção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende: a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados; b) Apoio na execução dos serviços não delegados; c) Gestão dos serviços complementares, na forma do Regulamento da Concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização. O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2008. A Companhia iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Ampliações e melhoramentos: • Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de seis passarelas para pedestres; • Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco; • Construção de viaduto - Passagem Superior da estrada velha de Cotia; • Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia; • Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego; • Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável; • Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio; e • Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem. 1.1 Processo de investigação: Em 29 de novembro de 2018, a controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265, paga em 11 de março de 2019, e o saldo remanescente será pago em 1º de março de 2020. Tais valores são corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo. Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a controladora CCR e a Companhia, consequentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras. A Companhia e sua controladora CCR continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados. Bens reversíveis: No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão rodoviária de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. Outras informações relevantes: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente: i. Ação Popular - Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo: Trata-se de ação popular proposta por único autor, Cesar Augusto Coelho Nogueira Machado, em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do Rodoanel Oeste, CCR e Encalco Construções Ltda. (Encalco), com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008. Em 08 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a Companhia recebido e acatado a determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 09 de janeiro de 2009, em virtude de suspensão de liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo. A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) inclusive contra a aplicação imediata da sentença, tendo em vista a anterior decisão do TJSP, que suspendeu os efeitos até o trânsito em julgado da ação, o que foi deferido. O recurso de apelação do Estado de São Paulo foi provido para anular o processo desde a citação, a fim de que o autor emende a petição inicial. A CCR e a Encalco interpuseram embargos de declaração, que foram rejeitados. Em 16 de fevereiro de 2012, foram					
interpostos recursos excepcionais ao STJ e STF, os quais tiveram seguimento negado. Contra estas decisões foram interpostos agravos em janeiro de 2015, sendo que em decisão proferida em 13 de agosto de 2019 foi desprovido o agravo interposto pela Encalco e CCR com vistas ao processamento e julgamento do recurso especial. Contra essa decisão, em 03 de setembro de 2019, foi interposto agravo interno pela Encalco e CCR, que aguarda julgamento. Também aguarda julgamento o agravo interposto com vistas ao processamento e julgamento do recurso extraordinário. Em 28 de novembro de 2019, foi proferida decisão, em sede de agravo interno, que deu provimento parcial ao recurso especial e afastou a condenação da CCR e da Encalco ao pagamento da multa imposta pelo TJSP. Contra referida decisão, em 09 de dezembro de 2019, o autor popular opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em decisão proferida em 07 de fevereiro de 2020. ii. Reajuste Tarifário de 2013: O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta. Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as Concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013. Por essa razão, a Companhia, em 18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário nº 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014. Em 25 de abril de 2019, finalizada a fase de instrução processual, foi proferida sentença julgando procedente o pedido da Companhia a condenar o Estado de São Paulo e a ARTESP ao reequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão, em razão da ausência do reajuste contratual nos anos de 2013 e 2014. Nesse momento, aguarda-se a eventual interposição dos recursos cabíveis pelo Estado de São Paulo e ARTESP. Em 08 de maio de 2019, a Companhia opôs embargos de declaração contra a parte da sentença que dispôs sobre os honorários advocatícios. Em 14 de maio de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP também opuseram embargos de declaração. Em 03 de junho de 2019, foi publicada decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo Estado e a ARTESP e deu provimento aos embargos de declaração opostos pela Companhia. Em 23 de julho de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso de apelação. Em 29 de julho de 2019, foi publicado despacho intimando a Companhia a apresentar contrarrazões até o dia 19 de agosto de 2019. Em 19 de agosto de 2019, a Companhia apresentou contrarrazões ao recurso de apelação e interpôs recurso adesivo. Em 30 de setembro de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP, apresentaram contrarrazões ao recurso adesivo e os autos foram remetidos ao TJSP para julgamento. iii. Reajuste Tarifário de 2014: A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável). Em 1º de julho de 2014, a Companhia propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026963-78.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. No caso da Companhia, o índice não contratual foi superior ao contratual. Todavia, pela irregularidade, a Companhia requereu o índice correto. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela Companhia, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após julgamento dos embargos de declaração, a ARTESP e o Estado de São Paulo interpuseram recursos de apelação, que tiveram provimento negado pelo TJSP, em janeiro de 2016. Em julho de 2016, foram inadmitidos os recursos interpostos pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP aos tribunais superiores. Em 1º de agosto de 2016, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram agravos em recurso especial e recurso extraordinário. Em 06 de agosto de 2019, foi publicada decisão que não conheceu do agravo em recurso especial interposto pelo Estado de São Paulo e ARTESP. Em 16 de outubro de 2019, foi proferida decisão negando seguimento ao agravo em recurso extraordinário. Com o trânsito em julgado da decisão, os autos foram remetidos à origem e, em 19 de dezembro de 2019, foi proferida decisão determinando o cumprimento do acordado. A Administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles. 2. Principais práticas contábeis					
As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. a) Moeda estrangeira: • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira,					

ra, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **b) Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c) Instrumentos financeiros:** • Classificação: A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR: • São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR. Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado, ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. • Mensuração e desreconhecimento: **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado. **Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado. **Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR:** Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. • Aplicações financeiras: Refere-se a investimentos financeiros com vencimento original superior a três meses ou com vencimento inferior a esse prazo, porém sem previsão de utilização nesse período. **e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **f) Ativo imobilizado:** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outros resultados operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **g) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso de sistemas informatizados / em andamento: São demonstrados ao custo de aquisição,

continua

continuação

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada. • Direito de exploração de infraestrutura - vide no item "p". Os ativos em fase de construção são classificados como intangível em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou - O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **j) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **k) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **l) Benefícios a empregados:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas da adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e

premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **n) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **o) Direito da Concessão:** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 20) com base nos termos contratuais, sob o entendimento do contrato de concessão da Companhia ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados. **p) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **q) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas:** A Companhia adotou, a partir de 1º de janeiro de 2019, as seguintes normas: • **CPC 06 (R2) – Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. O impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial foi concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como a substituição da despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização linear de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) inicialmente usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) foi reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. O efeito da adoção inicial do CPC 06 (R2) foi de R\$ 28 na rubrica Arrendamento mercantil, no passivo, tendo como contrapartida a rubrica Direito de uso em arrendamento no ativo imobilizado. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é o arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. • **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro:** Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da CPC 32 – Tributos sobre a Renda, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. **r) Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15). - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

3. Apresentação das demonstrações financeiras
Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 16 de março de 2020, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos refe-

rentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2p Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível
- 2p – ICPC 01 (R1)
- 8b Impostos diferido
- 12 Amortização dos ativos intangíveis
- 14 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
- 15 Provisão de manutenção

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixas e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI relativo às debêntures; e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6 e 19. As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	71.556	158.671	195.594	132.629	372.845
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	197	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	7.701	-	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	358	-	-	-	-
Mútuos cedidos a terceiros	-	-	-	-	120.073
(a) Valores brutos dos custos de transação.					

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2019	2018
Caixa e bancos	2.001	3.446
	2.001	3.446
	2019	2018
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	79.054	16.803
	79.054	16.803

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,60% do CDI, equivalente a 5,86% ao ano (98,47% do CDI, equivalente a 6,34% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

7. Contas a receber

	2019	2018
Pedágio eletrônico (a)	17.444	15.327
Receitas acessórias (b)	419	190
	17.863	15.517
	(262)	(58)
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	17.601	15.459
	2019	2018

Idade de vencimento dos títulos:

	2019	2018
Créditos a vencer	17.526	15.403
Créditos vencidos até 60 dias	57	39
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	18	17
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	52	37
Créditos vencidos há mais de 180 dias	210	21
	17.863	15.517

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	20.610	(10.596)
Alíquota nominal	(34,00%)	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	7.007	3.603
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis (a)	(442)	(176)
Juros sobre capital próprio	3.060	-
Outros ajustes tributários	(158)	(2)
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	2.460	(178)
Impostos correntes	(5.920)	-
Impostos diferidos	1.373	3.425
	(4.547)	3.425
Alíquota efetiva de impostos	22%	(32)%
	(4.547)	3.425

(a) O valor inclui os efeitos da baixa de ativos contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado no montante base de R\$ 322. **b. Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

continua

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.		2019	2018
continuação			
Lucro líquido do exercício		16.063	(61.932)
(-) Constituição de reserva legal		(803)	(75.418)
Lucro líquido ajustado		15.260	
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado		3.815	
Total de juros sobre capital próprio pagos		(9.000)	
d) Juros sobre capital próprio: Em 16 de dezembro de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 9.000, relativo ao lucro do exercício, pago em 20 de dezembro de 2019.			
17. Receitas operacionais			
		2019	2018
Receitas de pedágio		276.843	262.496
Receitas de construção (ICPC 01 R1)		48.334	26.532
Receitas acessórias		2.570	2.428
Outras Receitas		-	276
Receita bruta		327.747	291.732
Impostos sobre receitas		(24.185)	(22.934)
Devoluções		(4)	-
Deduções da receita bruta		(24.189)	(22.934)
Receita operacional líquida		303.558	268.798
18. Resultado financeiro			
		2019	2018
Despesas financeiras			
Juros sobre debêntures		(57.288)	(68.139)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas		-	(1.042)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção		(876)	(488)
Capitalização de custos de empréstimos		3.278	1.746
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros		(17)	(18)
Juros sobre mútuos com terceiros (a)		(6.646)	(6.701)
Ajuste a Valor Presente - arrendamento mercantil		(1)	-
Outras despesas financeiras		(316)	(163)
Taxas, comissões e outras		(66)	(613)
Resultados financeiros líquidos			
(a) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI entre o Rodoanel Oeste e Encalco. Em 14 de julho de 2017, esse mútuo foi cedido para o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), com vencimento em 18 de novembro de 2024.			
19. Instrumentos financeiros			
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora CCR S.A., possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:			
		2019	2018
		Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado
		Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos			
Caixa e bancos		2.001	-
Aplicações financeiras		79.054	-
Contas a receber		-	17.601
Contas a receber - partes relacionadas		-	56
Cessão onerosa - partes relacionadas		-	65.483
Passivos			
Debêntures (a)		-	(805.983)
Fornecedores e outras contas a pagar		-	(7.542)
Mútuos cedidos à terceiros		-	(102.135)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		-	(197)
Arrendamento mercantil		-	(4)
Partes Relacionadas - AFAC		-	-
Obrigações com o poder concedente		-	(358)
		81.055	83.140
		(916.219)	20.249
			97.571
			(1.657.526)
(a) Valores líquidos dos custos de transação.			
Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Caixa e bancos e aplicações financeiras – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas, cessão onerosa - partes relacionadas, mútuos cedidos à terceiros, e partes relacionadas - AFAC - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. Os mútuos e a cessão onerosa foram acordados com base em taxas de mercado. • Arrendamento mercantil e obrigações com o poder concedente - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas. • Debêntures mensurados ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364
		810.227	856.758
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:			
		2019	2018
		Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)		807.893	834.364

continuação

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em tributos diretos, efetuamos o recálculo matemático da apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliamos se as adições e exclusões estão de acordo a legislação tributária. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras, quanto ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas na determinação do lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Ênfase:** Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº1, que menciona a ação popular protocolada em 15 de dezembro de 2008 que pleiteia a anulação do contrato de concessão de operação do Rodoanel Mário Covas, objeto operacional da Companhia. A ação foi julgada procedente em primeira instância e, posteriormente, suspensa com liminar até o trânsito em julgado para conclusão da referida ação. Visando anular o processo desde a citação inicial a Companhia aguarda julgamento com vistas ao processamento e julgamento do recurso extraordinário. Os assessores jurídicos da Companhia estimam um desfecho favorável da causa à Companhia. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e ade-

quada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a

eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2020
KPMG Auditores Independentes Wagner Bottino
CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC 1SP196907/O-7

Fazenda Palmeiras do Ricardo S.A.
CNPJ/MF nº 61.206.314/0001-30

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2019. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 09 de março de 2020 **A Diretoria**

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, sem centavos)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e Bancos		241.932	481.871	Fornecedores		74.450	97.646
Aplicações financeiras	7	86.186	440.950	Provisões e encargos sociais a pagar		302.124	319.372
Contas a receber		10.000	14.000	Impostos a recolher		41.934	10.600
Estoques	3	643.331	878.928	Adiantamentos de clientes		250.500	296.600
Impostos a compensar		2.953	1.747	Contas correntes acionistas		1.619.902	605.652
Despesas do exercício seguinte		8.810	8.537	Contas a pagar		2.556	2.410
		993.212	1.826.033	Provisão para imposto de renda e contribuição social			
Não circulante:							
Realizável a longo prazo:							
Contas correntes acionistas		740.000	-		5	67.170	49.064
Depósitos judiciais		388.745	388.745			2.358.636	1.381.344
		1.128.745	388.745	Patrimônio líquido:			
Investimentos		39.064	39.064	Capital social	6.1	14.806.905	14.806.905
Imobilizado	4	16.849.287	15.463.522	Reserva de capital		13.759	13.759
		18.017.096	15.891.331	Reservas de lucros		1.831.008	1.515.356
		19.010.308	17.717.364			16.651.672	16.336.020
						19.010.308	17.717.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, sem centavos)

	Reservas de Lucros					Total	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para reforestamento	Reserva para Lucros retidos a distribuir			
Saldos em 1º de janeiro de 2018	12.925.000	13.759	445.580	393.258	383.268	1.222.106	-	14.160.865
Aumento de capital conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 26 de abril de 2018	1.881.905	-	-	-	-	-	-	1.881.905
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	293.250	293.250
Proposta para destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	14.662	-	-	14.662	(14.662)	-
Lucros retidos	-	-	-	-	278.588	278.588	(278.588)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.806.905	13.759	460.242	393.258	661.856	1.515.356	-	16.336.020
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	315.652	315.652
Proposta para destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	15.783	-	-	15.783	(15.783)	-
Lucros retidos	-	-	-	-	299.869	299.869	(299.869)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.806.905	13.759	476.025	393.258	961.725	1.831.008	-	16.651.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, sem centavos)

1 - Contexto Operacional: As atividades da Companhia compreendem, basicamente, a agropecuária e o reforestamento. **2 - Elaboração das Demonstrações Financeiras: Apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, bem como dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC estão substancialmente convergentes às normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB. Essas demonstrações financeiras foram preparadas usando o custo histórico como base de valor e, quando aplicável, ajustado ao valor justo de transação. A aplicação retroativa de tais práticas não gerou efeitos sobre o resultado e patrimônio. **Descrição das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados. **a. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário na qual a Companhia atua. Essas demonstrações estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. **b. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há alguma incerteza quanto a sua realização. **c. Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, as quais baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Ativos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente e que, por definição, raramente são iguais aos respectivos resultados reais. **d. Ativos circulante e não circulante:** **• Aplicações financeiras:** Registradas ao custo acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. **• Estoques:** Valorizados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado. **• Investimentos:** Avaliados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. **• Imobilizado:** Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995; as depreciações e exaustões são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil dos bens. **• Demais ativos circulantes:** São apresentados pelo valor líquido de recuperação. **e. Passivos circulante e não circulante:** **• Provisões:** As provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou a constitui como resultado de um evento passado e é provável que um recur-

so econômico seja requerido para saldar a obrigação. **• Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social foram calculados de acordo com a legislação fiscal vigente, conforme detalhado na nota explicativa nº 5. **• Demais passivos circulantes e não circulantes** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, atualizados à taxa de juros, nos termos dos contratos vigentes, de modo a refletir os encargos incorridos até a data do balanço.

3 - Estoques

	2019	2018
Rebanho bovino	611.312	808.418
Almojarifado	32.019	70.510
	643.331	878.928

4 - Imobilizado:

	Taxa anual de depreciação %	2019	2018
Edifícios e construções	4	488.516	488.516
Instalações e benfeitorias	10	273.906	273.906
Máquinas e implementos agrícolas	10	1.340.190	1.341.990
Móveis e utensílios	10	168.543	154.612
Veículos	20	540.570	540.570
Culturas permanentes	10	109.303	109.303
Rebanho de reprodução e outros	20	2.313.408	2.755.622
		5.234.436	5.664.519
		(2.511.187)	(2.427.035)
Depreciação/exaustão acumuladas		2.723.249	3.237.484
		720.768	720.768
Propriedades rurais		13.405.270	11.505.270
Reservas florestais		16.849.287	15.463.522

A exaustão das contas de culturas permanentes e rebanho de reprodução está sendo efetuada em conformidade com a Instrução Normativa nº 162/98, da Secretaria da Receita Federal. **5 - Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, sendo considerada para efeito das respectivas bases de cálculo a legislação vigente, pertinente a cada encargo. Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia, bem como as respectivas declarações de rendimentos e os registros fiscais e contábeis, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis. **6 - Patrimônio Líquido: 6.1 - Capital social:** O capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 14.806.905 estando representado por 14.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. **6.2 - Reserva para reforestamento:** Constituída com a finalidade de assegurar os recursos suficientes para a constituição e manutenção das reservas legais exigidas pelo Artigo 16 do Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771 de 15/09/65). Considerando o saldo existente desta reserva em 31 de dezembro de 2015 ser julgado suficiente

Demonstrações de Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, sem centavos, exceto o lucro líquido por ação)

	2019	2018
Receita operacional bruta:		
Venda de produtos	8.184.680	6.541.381
Deduções:		
Impostos sobre vendas	(657.928)	(457.913)
Receita operacional líquida	7.526.752	6.083.468
Custo dos produtos vendidos	(5.507.069)	(4.230.939)
Lucro bruto	2.019.683	1.852.529
(Despesas) receitas operacionais:		
Administrativas e gerais	(1.846.500)	(1.664.545)
Comerciais	(3.088)	(2.267)
Tributárias	(32.434)	(65.006)
Receitas financeiras	1.672	61.546
Despesas financeiras	(12.800)	(11.547)
Outras receitas	475.000	351.894
	(1.418.150)	(1.329.925)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	601.533	522.604
Imposto de renda (Nota 5)	(202.434)	(161.085)
Contribuição social (Nota 5)	(83.447)	(68.269)
Lucro líquido do exercício	315.652	293.250
Lucro líquido por lote de mil ações do capital final	21,32	19,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, sem centavos)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	315.652	293.250
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações	84.152	101.205
Valor residual do ativo imobilizado baixado	1.800	-
Valorização das florestas e rebanhos	(1.457.785)	(1.400.000)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	4.000	(14.000)
Estoques	235.597	(58.505)
Impostos a compensar	(1.206)	(1.047)
Despesas do exercício seguinte	(273)	6.706
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(23.196)	9.647
Provisões e encargos sociais a pagar	(17.248)	38.309
Impostos e contribuições a recolher	31.334	(770)
Adiantamentos de clientes	(46.100)	(14.300)
Contas a pagar	146	300
Provisão para imposto de renda e contribuição social	18.106	(6.873)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(855.021)	(1.046.078)

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

	2019	2018
Contas correntes acionistas	(740.000)	-
Aquisição de imobilizado	(13.932)	(246.876)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(753.932)	(246.876)

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

	2019	2018
Realização de depósitos judiciais	-	12.916
Recursos obtidos com acionistas	1.014.250	1.255.652
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	1.014.250	1.268.568
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(594.703)	(24.386)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	922.821	947.207
No final do exercício	328.118	922.821
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(594.703)	(24.386)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

para o seu propósito, a Diretoria propõe, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, o não complemento desta reserva nos exercícios de 2019 e 2018. **6.3 - Dividendos:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Assembleia Geral Ordinária deliberou sobre o não pagamento de dividendos. Para este exercício a Diretoria propõe, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, o não pagamento de dividendos. **7 - Instrumentos Financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas atividades operacionais. A administração desses riscos é efetuada estrategicamente através do estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de posições. O valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, representados principalmente por contratos de mútuo e títulos e valores mobiliários, equivalem, aproximadamente, ao seu valor de mercado na data do encerramento de balanço. **8 - Seguros Contratados:** A Companhia possui cobertura de seguros, contratados em Companhia de primeira linha, para os bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a risco, suficiente para cobrir sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Raul Raphael Saigh
Diretor Superintendente

Francisco Antonio La Rocca
Contador-TCCRC-1SP059095/O-7